



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/08/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CAMPANHA.....	1
1.2. EVENTOS.....	2
1.3. JUÍZES.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	4
2.2. JUÍZES.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. EXECUÇÃO PENAL.....	7 - 8
3.2. SERVIDORES.....	9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	10 - 12
4.2. DESEMBARGADORES.....	13 - 14
4.3. EXECUÇÃO PENAL.....	15
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DECISÕES.....	16 - 17
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. DECISÕES.....	18
6.2. JUÍZES.....	19
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. DECISÕES.....	20
7.2. SEM ASSUNTO.....	21
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. DECISÕES.....	22 - 26
8.2. EXECUÇÃO PENAL.....	27
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	28 - 29
9.2. DECISÕES.....	30 - 32
9.3. JUÍZES.....	33
9.4. SERVIDORES.....	34

Campanha de vacinação

A Divisão Médica e Odontológica do Fórum Desembargador Sarney Costa promoveu nessa quarta-feira, 15, mais uma campanha de vacinação voltada para os servidores, magistrados e dependentes. Esta já a terceira do ano. Mais de 100 pessoas, inclusive crianças, foram imunizadas. Dessa vez, além das vacinas oferecidas regularmente (difteria e tétano, febre amarela, hepatite B, tríplice viral e influenza), também foram incluídas 09 específicas para crianças menores de 05 anos (poliomielite, meningocócica C, pneumocócica 10, hepatite B, febre amarela, tríplice viral, DTP - difteria, tétano e coqueluche, rotavírus e pentavalente).

Olinda Nova

O presidente do TJPR, Miguel Kfoury Neto, recebeu em seu gabinete, na tarde desta quarta-feira (15/8), a juíza de Direito da comarca de Olinda Nova do Maranhão (MA), Anelise Nogueira Reginato, acompanhada do desembargador Antonio Loyola Vieira e de sua esposa, Maria do Rosário Athayde Vieira. A juíza, que é curitibana, participou do III Congresso Brasileiro de Direito Médico do Conselho Federal de Medicina, que se encerrou hoje.

Seminário reativa Conselho de Educação Escolar Indigenista

Juiz Luís Douglas de Melo Martins discutiu aspectos legais do CEEI



A Secretaria de Estado de Educação (Seduc), por meio da Superintendência de Modalidades Educacionais (Supemde), em conjunto com as secretarias de Estado de Igualdade Racial (Seir) e de Direitos Humanos (Sedihc) e do Conselho Estadual de Educação (CEE), realizou ontem o Seminário de Reativação do Conselho de Educação Escolar Indígena (CEEI/MA), que discutiu aspectos jurídicos, antropológicos e normativos de funcionamento do CEEI/MA.

O evento contou com a participação de técnicos da Seduc, das Unidades Regionais de Educação (URE's), gestores regionais, representantes da sociedade civil, Ministério Público, Fundação

Nacional do Índio (Funai) e representantes de etnias indígenas do Maranhão.

Para Itamar Guajajara, ex - Presidente do CEEI/MA, a reativação da entidade é importante no que diz respeito à política educacional voltada aos povos indígenas, pois, o CEEI/MA é responsável pela proposição e fiscalização de uma educação de qualidade para todas as etnias. "É através do conselho que discutimos as políticas necessárias para atender às demandas dos povos indígenas, além de buscarmos fiscalizar com mais propriedade os recursos empregados para as melhorias educacionais para as nossas etnias", destacou.

Segundo a Superintendente de Modalidades

e Diversidades Educacionais, Narcisa Enes Rocha, o seminário teve como foco principal a reflexão de uma proposta a respeito da legislação que disciplina e organiza o funcionamento do CEEI sobre os aspectos jurídicos, antropológicos e normativos, além de deliberar sobre indicações dos representantes por etnias e definir o cronograma de reuniões para este ano.

"Sentimos a necessidade de reativação do Conselho, por entendermos que essa responsabilidade é de todos aqueles que fazem parte desse conceito. A Seduc, como instituição que tem a responsabilidade de gestão na dinâmica, na estrutura e organização do CEEI/MA, sentiu-se responsável pela realização desse evento, para que as atividades do Conselho possam ser retomadas", afirmou.

Para proporcionar as discussões, o evento contou com as explanações da professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Elizabeth Maria Beserra Coelho, com a palestra

"A importância dos

aspectos antropológicos na composição do Conselho de Educação Escolar Indigenista"; o juiz de Direito Auxiliar da 2ª vara de Execuções Penais de São Luís e ex-presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Douglas de Melo Martins, que falou sobre os "Aspectos legais do CEEI na contemporaneidade", e da representante do CEE, Maria Vitória Balsas, que abordou a temática "O papel do conselheiro na organização e funcionamento de um Conselho de Educação".

Para a secretária-adjunta de Ensino da Seduc, Graça Tajra, esse evento é de grande relevância para a discussão em relação à educação indígena, fazendo com que os atores que trabalham diretamente com essa temática possam unir forças para mudar a realidade educacional dentro das aldeias no Maranhão.

"É importante que todos que têm a responsabilidade de trabalhar a questão indígena possam unir-se, para que sejam trabalhados mecanismos que venham a possibilitar o crescimento cada vez mais constante dos índices educacionais dentro das aldeias", comentou.

CONTINUAÇÃO DA VIA EXPRESSA

A decisão do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, de derrubar a Liminar que impedia a construção da Via Expressa no trecho do Vinhais Velho, consolidou a previsão de entrega da avenida, em setembro. O Superior Tribunal de Justiça também confirmou, ontem, a continuidade da obra.

Juiz maranhense idealizador do Ficha Limpa é homenageado na AL

Titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa e um dos magistrados idealizadores da Lei da Ficha Limpa, o juiz Marlon Jacinto Reis foi homenageado com a medalha Manoel Beckman, maior honraria concedida pelo Poder Legislativo Maranhense. A cerimônia de concessão da medalha aconteceu no final da manhã de ONTEM, no Plenário Nagib Haickel.

PÁGINA 3



Juiz maranhense idealizador do Ficha Limpa é homenageado na AL

Titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa e um dos magistrados idealizadores da Lei da Ficha Limpa, o juiz Marlon Jacinto Reis foi homenageado com a medalha Manoel Beckman, maior honraria concedida pelo Poder Legislativo maranhense. A cerimônia de concessão da medalha aconteceu no final da manhã de ontem, no Plenário Nagib Haickel.

A entrega da honraria foi proposta pelo deputado Carlos Amorim (PDT), que conhece bem o trabalho do magistrado. "Acompanho a trajetória do juiz Marlon Reis há muito tempo, sobretudo no que diz respeito à elaboração do projeto de lei que tornou a escolha para cargos eletivos mais rigorosa e que deu origem à Lei Complementar da Ficha Limpa. Além disso, seu trabalho na co-

marca de João Lisboa, que abrange mais três outros municípios tem primado pela excelência, por isso ele tem sido exemplo e merecedor deste reconhecimento", destacou Amorim. Esta é a segunda homenagem que a Assembleia Legislativa presta ao magistrado. Em 2010, ele recebeu o título de Cidadania maranhense, por iniciativa da então deputada Helena Barros Heluy (PT).

"Agradeço de público ao deputado Carlos Amorim e a toda a Assembleia. Este é um ato que não será esquecido, assim como foi o título de Cidadania maranhense do qual me orgulho. Por isso, como um gesto simbólico de retribuição, quero repassar o meu livro Direito Eleitoral Brasileiro. Quem quiser me conhecer, pode ler o livro, que condensa tudo o que tenho



O juiz Marlon Jacinto Reis foi homenageado com a medalha Manoel Beckman

falado e meu trabalho", explicou o homenageado.

Marlon Reis é um dos redatores do projeto que criou a Lei Ficha Limpa, que prevê a inelegibilidade de candidatos condenados pela Justiça por crimes graves contra a administração pública. Foi o criador dos "Comícios da Cidadania contra a Corrupção

Eleitoral" no ano 2000, que congrega 43 das mais expressivas entidades da sociedade civil. Além disso, desde 2006, tem levado magistrados, procuradores e promotores eleitorais a dialogar com a sociedade em centenas de audiências públicas sobre o aperfeiçoamento das regras da disputa eleitoral.

Defensor destaca necessidade de revisão na Política Penitenciária

"A política penitenciária deve ser encarada como política social. Os investimentos na gestão prisional ampliam as possibilidades de recuperação social dos apenados que, por sua vez, repercutem diretamente na diminuição da reincidência na prática delitiva. Com isso, quem ganha somos todos nós", afirmou o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, durante a solenidade de abertura da 13ª Semana do Encarcerado, ocorrida no auditório do Palácio Henrique de La Rocque. **PAG. 08**



Defensor destaca necessidade de revisão na Política Penitenciária



Defensor Geral Aldy Mello Filho destaca importância entre DPE e Sejap

"A política penitenciária deve ser encarada como política social. Os investimentos na gestão prisional ampliam as possibilidades de recuperação social dos apenados que, por sua vez, repercutem diretamente na diminuição da reincidência na prática delitiva. Com isso, quem ganha somos todos nós", afirmou o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, duran-

te a solenidade de abertura da 13ª Semana do Encarcerado, ocorrida no auditório do Palácio Henrique de La Rocque.

Tendo como tema "Saúde como garantia de direito da comunidade carcerária", o evento, promovido pela Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), se estenderá até domingo (19), nas unidades penitenciárias de São

Luís e até 11 de setembro no interior do estado.

Na oportunidade, o defensor geral falou da importância do trabalho articulado entre as diversas instituições que atuam no sistema penitenciário na construção de um espaço digno e humanizado, em condições de garantir a reintegração do apenado em sociedade.

Ele parabenizou, ainda, a iniciativa da Sejap em investir na

realização da semana, que ao longo dos anos vem contribuindo para o debate e o encaminhamento de soluções para os problemas identificados no sistema carcerário do estado.

Parceria - Sobre a parceria mantida com a Sejap, Aldy Mello Filho reafirmou o compromisso de continuar atuando nas unidades prisionais, em conformidade com a Lei de Execução Penal (LEP). O trabalho concentrado da instituição foi responsável pela realização de mais de 16 mil atendimentos jurídicos e psicossociais aos presos e seus familiares, registrados entre abril de 2010 a abril deste ano, como parte das ações do Projeto "Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Presos e seus Familiares", desenvolvido em parceria com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário. Paralelo a esse projeto, a DPE ainda contabilizou, de janeiro a 15 de agosto deste ano, outros 3.785 atendimentos jurídicos voltados à execução penal.

O juiz Douglas Martins, da 2ª Vara de Execução Penal da Capital, destacou a importância da Defensoria na diminuição do número de processos na área. "Sem o trabalho dos defensores, não teríamos diminuído, como vem ocorrendo, a quantidade de processos sem sentença", assinalou.

"PRÊMIO SERVIDOR PRODUTIVO"

Servidores têm incentivo para melhorar desempenho

Os servidores da comarca de São Bernardo têm agora mais um incentivo para melhorar o desempenho nas tarefas: o "Prêmio Servidor Produtivo 2012". Instituída pelo juiz da comarca, André Bezerra Ewer-ton Martins, a iniciativa visa a premiar o servidor que mais se destacar no desempenho das tarefas e prevê a divulgação do nome e foto do servidor e certificado com o título.

A avaliação será feita a cada dois meses, quando será eleito o servidor mais produtivo do período. No final do ano, será conhecido o vencedor do ano. Entre os critérios a ser avaliados, a expedição de atos e o cumprimento dos despachos.

Recesso - Uma premiação extra pensada para o servidor

em destaque se refere ao recesso de final de ano, quando é feito um rodízio entre os servidores do Judiciário - uma parte entra em recesso na semana do Natal, outra na semana do Ano Novo. Ao invés do rodízio, o servidor terá direito a recesso nos dois períodos.

De acordo com o titular da unidade, o recesso duplo coincide com o menor movimento na comarca, configurando assim o melhor período para dar a premiação ao servidor.

Superação - O magistrado explica que a premiação é voltada para os servidores da Secretaria Judicial - três técnicos e dois auxiliares judiciários - e pretende destacar "a superação pessoal de cada um.

Eles não vão concorrer uns com os outros, mas dar o melhor de si", afirma o magistrado. E destaca: "São excelentes servidores, todos trabalhando com muito afinco no desempenho das tarefas".

Além dos servidores da Secretaria, a comarca conta ainda com dois oficiais de justiça, um assessor de juiz e um secretário judicial. Foi do secretário - Francisco das Chagas Lima de Carvalho - a ideia, aprovada pelo juiz, de premiar o servidor que mais se destacar no cumprimento das tarefas.

Nas palavras do juiz, "a equipe está bastante motivada".

Rápidas

O prefeito
de Cajapió,
Francisco
Xavier Silva
Neto, foi
condenado
em ação penal
no TJMA.

Comissão pede novo prazo para concluir inquérito sobre grilagem

Delegados que investigam venda irregular de terras na Região Metropolitana de São Luís dizem que documento falsificado em cartório em São José de Ribamar possibilitou a movimentação ilegal de 452 hectares na chamada Vila do Mocajituba

Arquivo

O delegado Carlos Alberto Damasceno, chefe da comissão que investiga crimes de grilagem de terras na Região Metropolitana de São Luís, em entrevista concedida ontem informou que a Polícia Civil encaminharia ainda ontem o pedido de prorrogação de prazo para a conclusão do inquérito. Durante a entrevista, com participação dos delegados Joviano Furtado e Pedro Adriano Menezes, que compõem a comissão investigadora, Damasceno expôs de forma didática como toda a fraude se estabeleceu na região desde 1973.

Na quarta-feira, os delegados ouviram o ex-deputado estadual e atual secretário extraordinário de Assuntos Estratégicos do Estado, Alberto Franco (PMDB), e o deputado estadual Raimundo Cutrim, denunciados como envolvidos na fraude de grilagem de terras. Segundo o delegado, Franco deve ser indiciado pelo crime de falsidade ideológica, já que teria assinado, em julho de 2000, como representante do 1º Ofício de São José de Ribamar, uma procuração falsa, outorgada por uma pessoa já falecida desde 1997.

O documento, de acordo com o inquérito policial que investiga as fraudes de compra e venda de lotes na área da Pindoba, município de Paço do Lumiar, teria possibilitado a movimentação ilegal de 452 hectares de terras. Entre os beneficiários da fraude, conforme as investigações estaria o deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD), que, segundo o delegado, só não foi indiciado por ter afir-



Delegado Carlos Alberto Damasceno investiga grilagem de terras

mado à comissão de delegados que tem documentos que comprovam a legalidade da aquisição de uma área na Pindoba.

O começo - De acordo com a polícia, em 1973 Antônio Claudino da Silva fez como vítimas os herdeiros da chamada Vila do Mocajituba, que posteriormente foi dividida em cinco loteamentos: Lago dos Cines, Barão de Mauá I, Barão de Mauá II, Parque Monte Cristo e Granja Nova Esperança. Foi deste possessor, falecido em abril de 1997, a assinatura usada na fraude constituída três anos depois. "Os herdeiros constituíram advogado e em 1982 conseguiram a anulação de toda a documenta-

ção", acrescentou o delegado.

Na oportunidade, porém, a anulação determinada pelo Tribunal de Justiça não foi averbada em cartório, o que permitiu com que em abril de 2000 e em outubro de 2001 fossem lavradas novas procurações públicas, outorgando poderes de posse dos lotes ao procurador das famílias, Sebastião Cardoso Filho. O representante dos verdadeiros herdeiros também foi indiciado no inquérito, depois de revelar à imprensa ter assinado a procuração falsa representada pelo cartório.

Segundo a polícia a indenização prometida pelos envolvidos no esquema seria de R\$ 600 mil. "O procurador das famílias, Sebas-

Entenda o caso

Os crimes de "grilagem de terras" no estado passaram a ser investigadas após o assassinato do empresário Marggion Lanyere Andrade, de 45 anos, ocorrido no dia 14 de outubro de 2011. A vítima foi encontrada morta com um tiro na nuca, e enterrada em uma cova rasa em um terreno de sua propriedade, no bairro Araçagi. O crime, segundo investigou a Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), foi motivado porque o empresário descobriu que seu lote já havia sido revendido irregularmente para outras quatro pessoas, e resolveu denunciar. Na época foram indiciados como "mandantes do crime" o corretor

de imóveis Elias Orlando Nunes Filho, de 57 anos, e o ex-vereador de Paço do Lumiar, Edson Arouche Júnior, o *Júnior do Mojó*, de 42 anos, até hoje foragidos da Justiça, com prisões preventivas expedidas pelo Poder Judiciário. Por enquanto, estão presos apenas os executores do crime, o caseiro da vítima, Roubert Sousa dos Santos, o *Louro*, de 19 anos; o ex-presidiário Alex Nascimento de Sousa, de 23 anos, que confessou ter efetuado o disparo contra a vítima; e apreendido um adolescente de apenas 15 anos, que assumiu ter dado cobertura aos cúmplices, vigiando a movimentação de prováveis curiosos no local do crime.

tião Cardoso Filho, esperou por todos esses anos o pagamento da indenização. Como não foi feito, resolveu denunciar o esquema. Receosos com a repercussão do caso na imprensa, os beneficiários transferiram suas matrículas para a comarca de Paço do Lumiar, formando novamente a área total inicial [452 hectares], que posteriormente desmembraram", disse Damasceno.

Beneficiários - Além do deputado Raimundo Cutrim, a polícia identificou outros cinco beneficiários. O policial civil Alcides Nunes da Silva, que adquiriu pouco mais de seis hectares; o pai dele, o delegado aposentado da Polícia Ci-

vil Sebastião Justino da Silva Neto (mais de 16 hectares); o subtenente da Polícia Militar, Vitorio Pereira da Silva, que adquiriu quase 15 hectares (foi chefe do setor de Transporte da SSP), e Pedro Chagas Silva, com três. O sexto beneficiário não teve o nome revelado, pois, segundo a polícia, ele foi vítima do esquema.

Carlos Alberto Damasceno encerrou a coletiva citando os nomes de mais dois funcionários do Cartório do 1º Ofício de São José de Ribamar, indiciados pelas fraudes documentais. Sinésio de Jesus Martins das Dores, na época tabelião que assinou as escrituras falsas, e a escrevente Eliene Neves Correia, que transcreveu a procu-

ração pública fria, contida na folha 196 do livro 26. O chefe da comissão investigadora revelou que os dois afirmaram em seus depoimentos terem participado da fraude por "ordem" do secretário Alberto Franco.

"Toda a documentação é viciosa, ou seja, foi elaborada por meio de fraudes inquestionáveis, dentro do inquérito policial. A Polícia Civil, portanto, vai requerer a Justiça o bloqueio dessas matrículas, a fim de que novas negociações irregulares sejam produzidas, e posteriormente solicitar a anulação completa das procurações e certidões para que os verdadeiros herdeiros tenham novamente direito aos lotes. Entretanto, só ao fim das investigações serão individualizadas as condutas dos beneficiários", ressaltou Damasceno.

Contato - Durante toda a tarde de ontem, **O Estado** procurou insistentemente manter contato com o deputado estadual Raimundo Cutrim e sua assessoria. Porém, o parlamentar não atendeu a nenhuma das ligações. Em seu depoimento aos delegados na quarta-feira, na Assembleia Legislativa, Raimundo Cutrim disse que foi enganado. "Eu comprei de boa-fé e tenho toda a documentação registrada no Incra. Se tiver alguma coisa falsa, quem vendeu é que tem que responder", disse.

O secretário Alberto Franco também não foi encontrado para falar sobre o caso. Ele foi ouvido pela comissão na noite de quarta-feira (15) e disse que não sabia que a documentação que assinou era falsa.

TJ/Divulgação/Ribamar Pinheiro



Raimundo Barros faz elogios ao Judiciário

Empossado desembargador, Raimundo Barros disse que vê o Judiciário maranhense mais estruturado e com juízes conscientes de uma Justiça mais célere e menos burocrática. **Geral 5**

Novo desembargador, Raimundo Barros elogia estrutura do Judiciário

Empossado quarta-feira, magistrado diz que chega ao TJ em um momento diferente

Carla Lima
Da equipe de **O Estado**

Depois de 26 anos como juiz de 1º grau, Raimundo Barros chegou ao cargo de desembargador do Maranhão. Empossado na quarta-feira (15), o magistrado garante que chega ao Tribunal de Justiça em um momento diferente com o Judiciário mais estruturado e com os juízes mais conscientes da importância de uma Justiça mais célere e menos burocrática.

Empossado há dois dias, Raimundo Barros recebeu ontem seus primeiros processos para serem julgados monocraticamente ou para parecer a ser submetido no plenário do TJ. Ele ocupa a nova 5ª Câmara Cível e vai repetir a receita usada na Justiça de base para manter a produtividade alta.

"Antes de ser juiz fui funcionário de empresa privada, onde metas tinham que ser alcançadas. E é com essa perspectiva que desenvolvi meu trabalho nas comarcas que trabalhei e assim que farei como desembargador", disse Raimundo Barros.

Estrutura - Em seu discurso de posse, Barros lembrou que a Justiça no Maranhão deu um salto em estrutura, comunicação e qualificação profissional. Segundo ele, além dos esforços dos



O desembargador Raimundo Barros entre o presidente do TJ Guerreiro Júnior e o corregedor Cleones Cunha

Mais

Raimundo Barros foi eleito em 1º de agosto deste ano com 14 votos a favor. Ele disputou a vaga deixada pelo desembargador Raimundo Cutrim, que se aposentou em junho, com os juízes João Santana e Ângela Salazar. Depois de formar a lista tríplice, Barros ainda teve que enfrentar mais três votações até alcançar o número suficiente de votos para ser escolhido o novo membro da Corte da Justiça de 2º grau.

membros do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) teve um papel fundamental ao fiscalizar, criar projetos e metas a serem alcançadas.

"O CNJ veio para contribuir. Fiscalizar não foi o mais importante do Conselho no Maranhão. O fundamental foi a ajuda com projetos, capacitação e criação de

metas que mudaram a mentalidade do magistrado e dos funcionários da Justiça maranhense", afirmou o novo desembargador.

Raimundo Barros acredita ainda que há mais para avançar no Judiciário, mas que os demais poderes também devem buscar melhorias. O desembargador faz referência ao Poder Legislativo, res-

ponsável pela criação das leis, que por muitas ocasiões criaram leis sem que essas fossem discutidas pela sociedade e acabaram não contribuindo com o cidadão.

"Muitas críticas ainda receberemos porque precisamos avançar, mas a sociedade não pode deixar de lado os demais poderes. Os nossos representantes no parlamento são um exemplo. Eles precisam discutir mais com a sociedade antes que votem leis que contribuam de forma satisfatória com o cidadão", declarou o magistrado.

Raimundo Barros iniciou suas atividades em municípios do Baixo Parnaíba - Coelho Neto, Brejo e Chapadinha - onde ficou por 12 anos.

“ Não tenho nenhum receio de afirmar que a Justiça Estadual vive um momento histórico com tantos investimentos em estrutura física, em comunicação e qualificação de pessoal ”

Raimundo Barros, desembargador

TJ pede providências do governo para acabar com a superlotação carcerária

Presidente do TJ diz que situação no interior é grave e solicita medida urgente da governadora

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, solicitou à governadora do estado, Roseana Sarney, providências para solucionar os problemas de superlotação carcerária e da precariedade dos estabelecimentos penais, diante da gravidade de fatos comunicados por juízes de Direito das comarcas do interior. Com base em relato do juiz da comarca de Montes Altos, Franklin Brandão, em ofício encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça e à presidência do TJ, as unidades prisionais da região do sudoeste maranhense, incluindo Imperatriz, estariam interditadas por força de decisões judiciais e impedidas de receber presos.

Segundo o juiz, a Polícia Civil tem solicitado informações sobre como proceder em relação à custódia de presos da comarca de Montes Altos, onde a delegacia local não dispõe de condições de abrigar novos detentos. Brandão disse ter recorrido à Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), mas foi informado da inexistência de estabelecimento penal com disponibilidade de vagas.

E que tomou conhecimen-

to, em maio deste ano, de que a delegacia vizinha de Porto Franco também não apresenta estrutura suficiente para receber presos de outras comarcas, devido à superlotação e deficiência nas instalações. "A fim de prevenir responsabilidades, comunico a situação, solicitando que interceda com a máxima urgência, para que seja designado estabelecimento penal adequado para a custódia de presos provisórios da comarca", diz o juiz no ofício ao tribunal.

Insegurança - Diante da gravidade da situação de insegurança em Montes Altos, o juiz baixou portaria proibindo o recolhimento de presos, por qualquer motivo, nas delegacias de polícia existentes na cidade. Na portaria, o juiz considera que é dever do Estado prover os estabelecimentos penais de condições mínimas para assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, e, ainda, que as unidades policiais civis de Montes Altos não dispõem de estrutura adequada para garantir os direitos dos presos previstos na Constituição Federal.

"Recentemente, pessoas presas na delegacia de polícia local permaneceram submetidas a situação degradante, privadas do atendimento de suas mais básicas necessidades, como higiene, segurança e alimentação", afirmou o juiz.

Justiça libera continuidade das obras da Via Expressa

PÁGINA 6

Justiça libera continuidade das obras da Via Expressa

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, determinou ontem, em caráter de urgência, a continuidade das obras da Via Expressa. O desembargador concedeu ao governo do estado o pedido de suspensão da medida limi-

nar concedida pela 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís capital, que suspendeu os serviços de construção da avenida no trecho do Vinhais Velho. No pedido, o estado sustentou que a liminar concedida pela vara judicial "viola a ordem pública, na medida em que impõe de forma desproporcio-

nal a suspensão da obra cuja execução se encontra em estágio avançado". Alegou ainda que o atraso na conclusão da obra "acarreta custos a serem suportados pelo contratante, causando indesejável lesão à economia popular".

INTERFERÊNCIA - Na decisão, Guerreiro Júnior disse ter

verificado, sem entrar no mérito da causa, que a liminar que suspendeu a obra culminou na invasão da esfera de atuação do Poder Executivo, e por consequência, resultou em lesão à ordem, abalada diante da ofensa a um dos princípios básicos da Constituição - a independência entre os poderes.

Prefeito de Cajapió é condenado em ação penal no TJMA

Por unanimidade de votos, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou procedente ação penal do Ministério Público estadual contra o prefeito do município de Cajapió nesta quinta-feira (16). Francisco Xavier Silva Neto foi condenado por não ter apresentado a prestação de contas do exercício financeiro de 2008 ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) dentro do prazo estabelecido em lei. O prefeito permanecerá no cargo até o trânsito em julgado da ação (quando não couber mais recurso).

• Seminário

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc), por meio da Superintendência de Modalidades Educacionais (Supemde), em conjunto com as secretarias de Estado de Igualdade Racial (Seir) e de Direitos Humanos (Sedihc) e do Conselho Estadual de Educação (CEE), realizou nesta quinta-feira (16), o Seminário de Reativação do Conselho de Educação Escolar Indígena (CEEI/MA), que discutiu aspectos jurídicos, antropológicos e normativos de funcionamento do CEEI/MA. O evento contou com a participação de técnicos da Seduc, das Unidades Regionais de Educação (URE's), gestores regionais, representantes da sociedade civil, Ministério Público, Fundação Nacional do Índio (Funai) e representantes de etnias indígenas do Maranhão.

• Política Educacional

Para Itamar Guajajara, ex - Presidente do CEEI/MA, a reativação da entidade é importante no que diz respeito à política educacional voltada aos povos indígenas, pois, o CEEI/MA é responsável pela proposição e fiscalização de uma educação de qualidade para todas as etnias. "É através do conselho que discutimos as políticas necessárias para atender às demandas dos povos indígenas, além de buscarmos fiscalizar com mais propriedade os recursos empregados para as melhorias educacionais para as nossas etnias", destacou.

• Foco

Segundo a Superintendente de Modalidades e Diversidades Educacionais, Narcisa Enes Rocha, o seminário teve como foco principal a reflexão de uma proposta a respeito da legislação que disciplina e organiza o funcionamento do CEEI sobre os aspectos jurídicos, antropológicos e normativos, além de deliberar sobre indicações dos representantes por etnias e definir o cronograma de reuniões para este ano.

• Discussões

Para proporcionar as discussões, o evento contou com as explanações da professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Elizabeth Maria Beserra Coelho, com a palestra. "A importância dos aspectos antropológicos na composição do Conselho de Educação Escolar Indigenista"; o juiz de Direito Auxiliar da 2ª vara de Execuções Penais de São Luís e ex-presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Douglas de Melo Martins, que falou sobre os "Aspectos legais do CEEI na contemporaneidade", e da representante do CEE, Maria Vitória Balsas, que abordou a temática "O papel do conselheiro na organização e funcionamento de um Conselho de Educação".

■ MUNICÍPIOS

Tribunal de Justiça aprova condenação de prefeito

Por unanimidade de votos, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou procedente ação penal do Ministério Público estadual contra o prefeito do município de Cajapió ontem Francisco Xavier Silva Neto foi condenado por não ter apresentado a prestação de contas do exercício financeiro de 2008 ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) dentro do prazo estabelecido em lei. O prefeito permanecerá no cargo até o trânsito em julgado da ação (quando não couber mais recurso). Na sessão passada, o desembargador Bernardo Rodrigues (relator) disse que a conduta prevista no artigo 1º, inciso VI do Decreto-Lei nº 201/67, que trata de crimes de responsabilidade dos prefeitos,

ficou devidamente comprovada.

O relator fixou a pena mínima de três meses de detenção, inicialmente em regime aberto, tornando-a definitiva por não haver ocorrência de atenuantes nem agravantes. Como prevê a legislação, substituiu a pena pelo pagamento de multa no valor de 10 salários mínimos. Concedeu ao prefeito o direito de permanecer no cargo.

Entretanto, acrescentou que, após o trânsito em julgado da ação, o réu perderá o cargo e ficará inabilitado pelo prazo de cinco anos para exercer cargo ou função pública. Determinou que a decisão fosse comunicada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA) e ao juiz da comarca de São Vicente Ferrer, da qual Cajapió é termo judiciário.



Bernardo Rodrigues foi o relator do processo contra o prefeito de Cajapió

Com os temas "Desenvolvimento e Cidadania" e "Justiça e Sustentabilidade", o Prêmio Innovare 2012 vai premiar, entre as 417 práticas inscritas, as mais inovadoras do Judiciário brasileiro. Os advogados escolhidos como consultores locais, pela quinta vez consecutiva, são do grupo Silveira Athias, destacado escritório de Direito Ambiental do país. Foram visitadas 18 ações por todo o estado que concorrem nas mais diversas categorias. O resultado será divulgado em dezembro.

Prefeito de Cajapió é condenado em ação penal no TJMA

Página 6

Cajapió

Prefeito é condenado em ação penal no TJMA

Por unanimidade de votos, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou procedente ação penal do Ministério Público estadual contra o prefeito do município de Cajapió nesta quinta-feira (16).

Francisco Xavier Silva Neto foi condenado por não ter apresentado a prestação de contas do exercício financeiro de 2008 ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) dentro do prazo estabelecido em lei. O prefeito permanecerá no cargo até o trânsito em julgado da ação (quando não couber mais recurso).

Na sessão passada, o desembargador Bernardo Rodrigues (relator) disse que a conduta prevista no artigo 1º, inciso VI do Decreto-Lei nº. 201/67, que trata de crimes de responsabilidade dos prefeitos, ficou devidamente comprovada.

Multa - O relator fixou a pena mínima de três meses de detenção, inicialmente em regime aberto, tornando-a definitiva por não haver ocorrência de atenuantes nem agravantes. Como prevê a legislação, substituiu a pena pelo pagamento de multa no valor de 10 salários

mínimos. Concedeu ao prefeito o direito de permanecer no cargo.

Entretanto, acrescentou que, após o trânsito em julgado da ação, o réu perderá o cargo e ficará inabilitado pelo prazo de cinco anos para exercer cargo ou função pública. Determinou que a decisão fosse comunicada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA) e ao juiz da comarca de São Vicente Ferrer, da qual Cajapió é termo judiciário.

Na ocasião foi levantada a possibilidade de o crime já estar prescrito ou não. O desembargador Raimundo Nonato de Souza pediu mais tempo para analisar o processo (pedido de vista) e, nesta quinta-feira, declarou não haver prescrição.

Raimundo Souza observou que o prazo em que houve a suspensão condicional do processo, de 1º de outubro de 2010 a 30 de dezembro de 2011, não deve ser levado em conta, sendo este período descontado da contagem da prescrição. Com isso, a decisão foi pela condenação do prefeito, nos termos do voto do relator, também acompanhado pelo revisor, desembargador José Luiz Almeida.

São Benedito do Rio Preto — Prefeito é afastado do cargo a pedido do MPMA

Atendendo a solicitação do Ministério Público do Maranhão em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, a Justiça determinou, nesta quinta-feira, 16, o afastamento do cargo de prefeito de São Benedito do Rio Preto, José Creomar de Mesquita Costa. Atua no caso o promotor de justiça Crystian Gonzalez Boucinhas e a decisão é assinada pela juíza Odete Maria Pessoa Mota. A ação que levou à decisão liminar de afastamento do prefeito refere-se ao fato de o prefeito não ter nomeado e dado posse aos aprovados em concurso público realizado pelo Município em 2007. **Página 7**

São Benedito do Rio Preto

Prefeito é afastado do cargo a pedido do MPMA

Atendendo a solicitação do Ministério Público do Maranhão em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, a Justiça determinou, nesta quinta-feira, 16, o afastamento do cargo de prefeito de São Benedito do Rio Preto, José Creomar de Mesquita Costa. Atua no caso o promotor de justiça Crystian Gonzalez Boucinhas e a decisão é assinada pela juíza Odete Maria Pessoa Mota.

A ação que levou à decisão liminar de afastamento do prefeito refere-se ao fato de o prefeito não ter nomeado e dado posse aos aprovados em concurso público realizado pelo Município em 2007. A questão foi tema de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre a Promotoria de Justiça de Urbano Santos (da qual São Benedito do Rio Preto é Termo Judiciário) e a Prefeitura, que não foi cumprido.

O descumprimento do TAC levou o Ministério Público a ingressar com uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, na qual pedia a nomeação dos aprovados no concurso. Apesar de decisão da Justiça, confirmada pela Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão,

Creomar Costa continuou descumprindo a decisão.

Além disso, o prefeito convocou um novo concurso em 2011, ignorando a existência de pessoas aprovadas em certame anterior e ainda não nomeadas pela administração municipal. O novo concurso também foi objeto de processo e suspenso por determinação judicial.

Na decisão, a juíza afirma que é claro o objetivo de Creomar Costa em adiar o cumprimento da decisão judicial. Além disso, a conduta do prefeito ao não nomear os candidatos aprovados no concurso público estaria violando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade na administração pública.

Diante da insistência do gestor municipal em não cumprir decisões judiciais, a juíza determinou o afastamento imediato de José Creomar de Mesquita Costa do cargo de prefeito, devendo ser substituído na administração municipal pelo vice-prefeito. A Justiça determinou ao presidente da Câmara Municipal o prazo de 48 horas para que haja a posse do novo prefeito, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil em caso de descumprimento.

CONTINUAÇÃO DA VIA EXPRESSA

A decisão do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, de derrubar a Liminar que impedia a construção da Via Expressa no trecho do Vinhais Velho, consolidou a previsão de entrega da avenida, em setembro. O Superior Tribunal de Justiça também confirmou, ontem, a continuidade da obra.

Maranhão

TJ pede providências para superlotação carcerária

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, solicitou à governadora do Estado, Roseana Sarney, providências para solucionar os problemas de superlotação carcerária e da precariedade dos estabelecimentos penais, diante da gravidade de fatos comunicados por juizes de Direito das comarcas do interior.

Com base em relato do juiz da comarca de Montes Altos, Franklin Brandão, em ofício encaminhado à Corregedoria Geral da Justiça e à presidência do TJMA, as unidades prisionais da região do sudoeste maranhense, incluindo Imperatriz, estariam interditadas por força de decisões judiciais e impedidas de receber presos.

Segundo o juiz, a Polícia Civil tem solicitado informações sobre como proceder em relação à custódia de presos da comarca de Montes Altos, onde a delegacia local não dispõe de condições de abrigar presos novos.



Guerreiro Júnior pede a Roseana Sarney maior atenção do estado a problemas carcerários em comarcas

Brandão disse ter recorrido à Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), mas foi informado da inexistência de estabelecimento penal com disponibilidade de vagas. E que tomou conhecimento, em maio deste ano, de que a delegacia vizinha de Porto Franco também não apresen-

ta estrutura suficiente para receber presos de outras comarcas, devido à superlotação e deficiência nas instalações.

"A fim de prevenir responsabilidades, comunico a situação, solicitando que interceda com a máxima urgência, para que seja designado estabelecimento

penal adequado para a custódia de presos provisórios da comarca", diz o juiz no ofício ao Tribunal.

Diante da gravidade da situação de insegurança em Montes Altos, o juiz baixou portaria proibindo o recolhimento de presos, por qualquer motivo, nas delegacias de polícia existentes na cidade.

Na portaria o juiz considera que é dever do Estado prover os estabelecimentos penais de condições mínimas para assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, e, ainda, que as unidades policiais civis de Montes Altos não dispõem de estrutura adequada para garantir os direitos dos presos previstos na Constituição Federal.

"Recentemente, pessoas presas na Delegacia de Polícia local permaneceram submetidas a situação degradante, privadas do atendimento de suas mais básicas necessidades, como higiene, segurança e alimentação", afirmou o juiz.

Instituto coleta materiais recicláveis para ajudar crianças com HIV

Trinta alunos do Instituto Ícaro participam de projeto ecológico da Cemar para ajudar Casa Sonho de Criança

POR JULLY CAMILO

O Instituto de Ensino Ícaro ingressou no Projeto Ecocemar, da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), e montou uma equipe de 30 alunos para coletar material reciclável, em prol da Casa Sonho de Criança da Divina Misericórdia, única instituição em território maranhense que atende crianças carentes portadoras do vírus HIV.

O objetivo da ação consiste na troca de resíduos recicláveis por bônus na fatura de energia elétrica, com destinação organizada do material à indústria de reciclagem. O público-alvo são os clientes de baixa tensão, residenciais, de toda a área de concessão da Cemar.

Segundo o coordenador pedagógico do Instituto Ícaro, Raimundo Frazão, esta é a segunda vez que a entidade de ensino participa do projeto, que acontece uma vez por ano e tem duração de três meses.

“Para exercermos o lado social e tentarmos diminuir o impacto ambiental que vem acontecendo no planeta, decidimos ajudar a Casa Sonho de Criança, que tem um belo trabalho com as crianças portadoras do vírus HIV/Aids, e ajudá-los a ganhar bônus na conta de energia”, disse o coordenador.

Frazão informou, ainda, que o Ícaro buscou parceiros, como o Rio Anil Shopping, o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA) e o **Jornal Pequeno**, além de pequenos comerciantes, que ajudam na doação de papel, embalagens, plásticos e metal (com exceção do cobre).

Ele explicou que o grupo faz a coleta com os doadores uma vez por semana. Depois, entrega no posto de recebimento de material

reciclável mais próximo, indicado pela Cemar, para realizar a pesagem. Na sequência, é feita a troca por bônus na conta de energia da Casa Sonho de Criança.

O projeto começou em junho e se estende até o fim deste mês. Como incentivo, a Cemar vai dar quatro iPads para os que mais coletarem resíduos. No ano passado, foram coletadas 126 toneladas de material reciclável.

Aluna de eletromecânica do Ícaro, Jeannie Lemos, 37 anos, disse que “é muito gratificante exercer o lado social no curso e poder conhecer algumas das grandes empresas do estado e o lado ambiental que elas praticam”.

Uma das coordenadoras da Casa Sonho de Criança, Fátima Lira, a “Irmã Fátima”, explicou que já integra o projeto há oito anos, e os bônus na conta de energia, por conta das doações de material reciclável, têm sido de grande valia.

“Nossa conta de energia gira sempre em torno de R\$ 600, mas no ano passado, com a campanha Ecocemar, nosso desconto foi tão bom que ficamos três meses com as contas zeradas. Espero que este ano seja tão bom quanto foi em 2011”, disse Irmã Fátima.

Ela contou que atualmente a entidade – localizada no bairro Fé em Deus – abriga 5 crianças portadoras de HIV/Aids, de São Luís e do interior do Maranhão. Três delas são órfãs e duas foram abandonadas pelos pais.

A capacidade do lugar – que conta com brinquedoteca e sala de vivência, com espaço para jogos, televisão e informática – é de 20 crianças.

Serviço – A empresas que quiserem fazer doação de material

reciclável à Casa Sonho de Criança podem se dirigir ao Instituto Ícaro (Rua Senador João Pedro, nº 209, Canto da Fabril, centro de São Luís) ou entrar em contato com Raimundo Frazão, por meio dos telefones (98) 3232-9643 e (98) 8899-2527.



G. FERREIRA

Irã Fátima, da Casa Sonho de Criança, e Raimundo Frazão, do Ícaro: projeto social e ecológico



Resíduos coletados são levados aos postos do Ecocemar

***Prefeito de Cajapió
é condenado e de São
Benedito afastado do cargo***

PÁGINA 3

Prefeito de Cajapió é condenado em ação penal no Tribunal de Justiça

Por unanimidade de votos, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça julgou ontem procedente ação penal do Ministério Público contra o prefeito de Cajapió.

Francisco Xavier Silva Neto foi condenado por não ter apresentado a prestação de contas do exercício de 2008 ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) dentro do prazo estabelecido em lei. O prefeito permanecerá no cargo até o trânsito em julgado da ação (quando não couber mais recurso).

Na sessão passada, o desembargador Bernardo Rodrigues (relator) disse que a conduta prevista no artigo 1º, inciso VI do Decreto-Lei nº. 201/67, que trata de crimes de responsabilidade dos prefeitos, ficou devidamente comprovada.

Multa – O relator fixou a pena mínima de três meses de detenção, inicialmente em regime aberto, tornando-a definitiva por não haver ocorrência de atenuantes nem agravantes. Como prevê a legislação, substituiu a pena pelo

pagamento de multa no valor de 10 salários mínimos. Concedeu ao prefeito o direito de permanecer no cargo.

Entretanto, acrescentou que, após o trânsito em julgado da ação, o réu perderá o cargo e ficará inabilitado pelo prazo de cinco anos para exercer cargo ou função pública. Determinou que a decisão fosse comunicada ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA) e ao juiz da comarca de São Vicente Férrer, da qual Cajapió é termo judiciário.

Na ocasião foi levantada a possibilidade de o crime já estar prescrito ou não. O desembargador Raimundo Nonato de Souza pediu mais tempo para analisar o processo (pedido de vista) e, nesta quinta-feira, declarou não haver prescrição.

Raimundo Souza observou que o prazo em que houve a suspensão condicional do processo, de 1º de outubro de 2010 a 30 de dezembro de 2011, não deve ser levado em conta, sendo este período descontado da contagem da prescrição. Com isso, a decisão foi pela condenação do prefeito, nos termos do voto do relator, também acompanhado pelo revisor, desembargador José Luiz Almeida.

■ “Vitória da advocacia”

Publicado no Diário da Justiça desta quarta-feira, dia 15, o Acórdão sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão contra os honorários advocatícios sucumbenciais a serem recebidos pelos Procuradores do Estado.

Durante sessão do Pleno realizada em 17 de julho, os desembargadores julgaram improcedente a ação.

A manutenção do pagamento foi defendida pelo presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, que veio a São Luís para fazer a sustentação oral da tese, na qualidade de assistente. A sessão dói acompanhada pelo presidente da Seccional Maranhense, Mário Macieira, que comemorou a decisão do TJ.

ABRAÇO DO DIA

O nosso abraço desta sexta-feira vai para o titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa e um dos magistrados idealizadores da Lei da Ficha Limpa, o juiz Marlon Jacinto Reis, que foi homenageado com a medalha Manoel Beckman, maior honraria concedida pelo Poder Legislativo maranhense. A cerimônia de concessão da medalha aconteceu no final da manhã desta quinta-feira (16), no Plenário Nagib Haickel.

Comarca de São Bernardo institui “Prêmio Servidor Produtivo 2012”

Os servidores da comarca de São Bernardo têm agora mais um incentivo para melhorar o desempenho nas tarefas: o “Prêmio Servidor Produtivo 2012”. Instituída pelo juiz da comarca, André Bezerra Ewerton Martins, a iniciativa visa a premiar o servidor que mais se destacar no desempenho das tarefas e prevê a divulgação do nome e foto do servidor e certificado com o título.

A avaliação será feita a cada dois meses, quando será eleito o servidor mais produtivo do período. No final do ano, será conhecido o vencedor do ano. Entre os critérios a ser avaliados, a expedição de atos e o cumprimento dos despachos.

Recesso – Uma premiação extra pensada para o servidor em destaque se refere ao recesso de final de ano, quando é feito um rodízio entre os servidores do Judiciário – uma parte entra em recesso na semana do Natal, outra na semana do Ano Novo. Em vez do rodízio, o servidor terá direito a recesso nos dois períodos.

De acordo com o titular da unidade, o recesso duplo coincide com o menor movimento na comarca, configurando assim o melhor período para dar a premiação ao servidor.